

A relevância atual da noção de dependência

The actual relevance of the notion of dependence

Angelita Matos Souza*

Boletim Meridiano 47 vol. 14, n. 139, set.-out. 2013 [p. 17 a 23]

Introdução

Neste texto discorreremos sobre a atualidade da noção de dependência, abordando a relação entre imperialismo e desenvolvimento. A intenção é argumentar que se cabe à análise crítica denunciar as formas atuais de exploração imperialista, é preciso igualmente compreender o desenvolvimento capitalista alavancado pelo imperialismo como um caminho (sempre insuficiente) para superação do atraso e subdesenvolvimento predominantes nas periferias do sistema. Sendo que, no caso da América do Sul, o par imperialismo & dependência tanto estimula o debate e políticas de integração regional como constitui um obstáculo à consecução de avanços no processo de integração.

Imperialismo apreendido aqui como combinação entre impulso ao desenvolvimento de forças produtivas novas e exploração capitalista pelos países dominantes¹. Invariavelmente com peso maior à exploração, mas com possibilidades concretas de desenvolvimento. Neste início de século o tema voltou ao centro do debate, devido às reações decorrentes das reformas de cunho neoliberal; ao militarismo norte-americano após ataques do 11/09; mais recentemente, em razão da crise financeira, do *boom* das commodities e da dependência das exportações por parte de países periféricos.

E se a temática do imperialismo voltou à tona vale a pena também revisitar a noção de dependência. Na linha introduzida por Cardoso (1971), não como uma teoria e sim como ideia produtiva nas análises de casos concretos, enquanto expressão política na periferia do expansionismo dos capitalismo centrais.

Por sua vez, entendemos por periferia uma situação que aponta para insuficiências nos domínios financeiro, militar e no campo da inovação científico-tecnológica; já a dependência deve ser abordada da perspectiva relacional, cujas formas são definidas na luta política envolvendo Estado, classes e frações de classes dominantes e classes antagônicas, dentro do rol de possibilidades abertas pelo movimento expansionista dos capitalismo centrais.

Dependência e jogo de poder

Como é conhecido, nos anos 60, em meio ao pessimismo quanto à possibilidade do desenvolvimento na América Latina, a noção de dependência surgiu como a face periférica do imperialismo. À época a obra de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, destacou-se por refutar a compreensão da dependência predominantemente a partir de variáveis externas. Para os autores, embora as relações

* Bacharel em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pelo IFCH/Unicamp; doutora em Economia Aplicada pelo IE/Unicamp. Docente na UNESP, campus de Rio Claro (angelitams2010@gmail.com).

1 Para nós, entendimento possível a partir do estudo de Lênin, *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*.

de dependência tivessem explicações exteriores à nação, seriam as relações internas entre as classes que dariam conteúdo e forma própria para as relações de dependência.

Cardoso e Faletto evitaram tomar a América Latina como um todo único, defendendo a análise concreta de cada caso e a possibilidade do desenvolvimento industrial em alguns países, apesar ou graças aos laços de dependência externa, concluindo a análise de forma relativamente otimista:

(...) a superação ou a manutenção das “barreiras estruturais” ao desenvolvimento e a dependência dependem, mais que de condições econômicas tomadas isoladamente, do jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas “condições econômicas” (2004: 183).

Hoje parece claro que os limites do “modelo” dependente-associado de desenvolvimento são difíceis de serem superados pelo jogo de poder. Fundamentalmente porque o caráter supranacional dos interesses dominantes normalmente produz efeitos distintos, comparativamente aos Estados capitalistas dos países centrais.

Quer dizer, ainda que seja um traço característico de todos os Estados, na medida em que a influência do capital financeiro internacional sobre os Estados nacionais é generalizada, no Brasil e demais países periféricos o caráter supranacional dos interesses dominantes costuma ser um fator sobredeterminante, especialmente no âmbito da influência sobre a política econômica, por causa das relações de dependência.

A tendência é para certa “inversão” do papel do Estado na periferia dependente, com o desempenho estatal de uma “função” que os Estados dos países centrais não buscam desempenhar: a de garantia das condições gerais à acumulação capitalista dependente do capital financeiro internacional. Conforme Tilman Evers:

A função do estado burguês de representar o capital nacional para fora frente a outros competidores no mercado mundial se inverte então: a “garantia de existência e expansão do capital nacional no mercado mundial” passa a ser: garantia da existência e da expansão dos interesses do capital estrangeiro no espaço econômico periférico. (1985: 97)

Função “invertida” que não precisa nem deve ser pressuposta (como o faz Evers), mas que constitui um bom ponto de partida aos estudos sobre o Estado na periferia do sistema. O desempenho desta “função” seria assegurado pelo jogo de poder, em meio às relações de dependência que se estabelecem no âmbito político (mormente a dependência financeira do Estado), além de no âmbito econômico.

Implicitamente inspirados pelos governos do PT, diríamos que embora não seja possível defender a existência de uma “burguesia nacional” no Brasil, supostamente identificada ao interesse nacional em contraposição ao capital imperialista, na luta política, a retórica nacionalista pode ser utilizada pelos representantes do grande capital local em defesa dos seus interesses. Isto é, em determinadas conjunturas, o discurso nacionalista pode ser utilizado contra competidores estrangeiros, acirrando as contradições que perpassam o Estado e muitas vezes indo ao encontro das reivindicações de partidos e movimentos de esquerda, de que o Estado seja soberano e defenda o interesse nacional.

Menos que a posicionamentos anti-imperialistas, geralmente assistimos operações discursivas voltadas para conquistas de políticas econômicas favoráveis aos interesses de frações de classe que têm ou desejam ter negócios/associações com o capital estrangeiro. Da mesma forma, os representantes do grande capital produtivo procuram resistir ao domínio do capital financeiro (internacional, associado e/ou local) fazendo coro contra a política de juros altos como se não ganhassem muito no circuito financeiro. Daí a insuficiência, por exemplo, da redução dos juros para estimular investimentos, pois discursos muitas vezes não passam de bandeiras de luta.

Também não é nada fácil cobrar metas/resultados dos representantes do setor produtivo quando se é altamente permissível/generoso no que tange aos interesses do capital financeiro local e internacional, cujos interesses são afinados, ainda que banqueiros locais resistam à abertura do mercado ao capital estrangeiro (querem sócios não concorrentes).

Ademais, os comportamentos conservadores/defensivos (ou o baixo “espírito animal”) costumam prevalecer entre aqueles que se reconhecem como a porção fraca no mundo dos negócios nacional e internacional, sendo que as expectativas futuras quanto aos investimentos costumam acompanhar a dos agentes estrangeiros. Assim, se num momento de retração econômica internacional estes diminuem investimentos produtivos, é provável que agentes locais assumam também posições reticentes quanto aos novos investimentos, por mais que o governo busque estimulá-los neste sentido.

Mas governos precisam de investimentos, crescimento econômico e geração de empregos, portanto acabam cedendo à instrumentalização dos recursos que lhe são próprios – poder de taxaço/regulamentação, isenções fiscais, financiamentos públicos e parcerias – para atrair e garantir os investimentos externos em território nacional. Quando exitosos, os representantes do capital local tendem a se animar e voltar aos investimentos, em meio às disputas pela partilha do mercado, nas quais o discurso “nacionalista” pode surtir efeitos, mormente sobre governos desenvolvimentistas.

Em suma, os efeitos da dependência sobre a luta política, se ao capital estrangeiro interessa o Estado como caução dos investimentos, ao capital local, mais que o Estado, a caução encontra-se na participação do capital estrangeiro. E apesar do caráter “supranacional” dos interesses dominantes avançar sobre todos os Estados, na medida em que estão todos articulados com o capital financeiro hegemônico (norte-americano), na periferia dependente este caráter supranacional costuma produzir efeitos recorrentes, que, na luta política, tendem a aparecer como específicos da conjuntura (e em alguma medida o são).

Desta ótica, certa “relativização” do conteúdo nacional-desenvolvimentista que o governo Dilma parecia querer imprimir a sua política econômica está relacionada obviamente à dependência externa (de investimentos). Uma guinada “dependencista” poderá promover a volta dos investimentos, com algum crescimento econômico na linha do ocorrido nos governos Lula, investimentos desta vez alavancados pelo capital externo, menos que pela demanda asiática por commodities, tendo em vista a perspectiva de desaceleração da economia chinesa.

Se confirmada tal perspectiva, podem se abrir oportunidades de reindustrialização para o Brasil, com investimentos voltados ao mercado interno, investimentos industriais prejudicados pelo *boom* recente das commodities, que tornou irresistível a importação de manufaturados baratos da Ásia em contrapartida à exportação de produtos primários. Como afirmou Décio Saes:

O capitalismo ainda tem muito chão nesse país; o Brasil é um país com muitas reservas de recursos, com certa estabilidade política e social, uma classe média acomodada e que vai começar a atrair capital estrangeiro, mormente os europeus. Abre-se a possibilidade de um ciclo de desenvolvimento capitalista, não como o da China evidentemente, mas talvez um pouco melhor que o da Rússia que tem uma série de problemas sociais, políticos. Então o horizonte para burguesia interna brasileira não é idílico, mas relativamente promissor. Assim, os dividendos serão distribuídos de forma modesta para os pobres e a classe média. (SAES, 2013)

É certo que tudo depende dos rumos da crise internacional e, internamente, das manifestações de massa no país. Porém, na esteira das considerações de Saes, parece pouco provável que no curto prazo haja “uma reversão da correlação de forças entre as classes sociais antagonicas”, devido ao potencial de desenvolvimento capitalista do país. Conforme o autor, tendo em vista o poder de atração no mundo capitalista, “o Brasil ainda tem possibilidades de se desenvolver no quadro de uma aliança política que envolve burguesia interna, burocracia do Estado, classe média e massas desorganizadas” (SAES, 2013)².

2 As citações de Décio Saes (2013) foram retiradas de uma entrevista recente, na qual o autor menciona algumas tarefas para a esquerda marxista, a quem caberia construir um partido revolucionário de massas.

Imperialismo, dependência e integração regional

A integração regional costuma ser encarada como a forma por excelência de a América do Sul conquistar autonomia político-econômica no sistema-mundo e assim relativizar a posição de periferia dependente. No entanto as dificuldades são imensas, a começar pela capacidade de o Brasil liderar um processo de integração regional, tendo em vista as considerações feitas acima sobre política e dependência.

A despeito da ênfase conferida à vontade política por aqueles que defendem a integração regional, a política estatal não deve ser analisada com este foco, geralmente identificado ao planejamento “racional”, e sim no âmbito da luta política numa conjuntura concreta, não escapando aos condicionantes estruturais. Aliás, se tem algo que costuma aborrecer os representantes do grande capital (levando-os à indisposição/boicote de governos) é justamente a busca da centralização e controle do processo decisório da parte de chefes de Estado movidos pela “vontade” de racionalizar a distribuição dos recursos segundo objetivos traçados.

Não que o planejamento estatal seja irrelevante e desnecessário, contudo deve buscar a contemporização dos diversos interesses dominantes estabelecidos e, mesmo assim, a realização dos planos governamentais não estará livre de condicionamentos impostos pelas disputas de interesses existentes e/ou que forem surgindo. Em se tratando das economias periféricas, o imperialismo/dependência confere força política e econômica aos agentes internacionais, em associação com forças locais, podendo levar (e geralmente leva) à mencionada “inversão” do papel do Estado, aprofundando a presença do capital estrangeiro como força econômica e política internamente.

É dentro deste quadro mais geral que devemos buscar entender os limites políticos à liderança brasileira num processo de integração regional orientado por políticas efetivas de combate às assimetrias econômicas. Sem falar que mesmo se houvesse disponibilidade financeira para tanto, seria politicamente difícil justificar a transferência de recursos vultosos ao projeto de integração diante das carências sociais e infraestruturais internas.

A ideia norteadora aqui é a de que projetos, intenções declaradas e vontade política são importantes, porém costumam sucumbir na luta política. No que diz respeito à integração regional, se decididamente interessados em avançar nesta direção, governantes e agentes econômicos precisariam abrir mão de interesses imediatos e partir para o combate das assimetrias entre os países da região, objetivo assaz difícil de ser perseguido³. Na falta de ações arrojadas nesta direção, a tendência é para o espírito do “salve-se quem puder”, com governos buscando soluções individuais que costumam aprofundar os laços da dependência e/ou protecionismos que só dificultam a integração.

As assimetrias econômicas entre a economia brasileira e demais economias sul-americanas são enormes, em termos de produtividade, escala, diversidade e capacidade de financiamento. A título de ilustração a soma do PIB do Chile, Peru e Colômbia – os países sul-americanos que compõem junto com o México a recém-criada Aliança do Pacífico – não corresponde a 1/3 do produto interno bruto brasileiro (FIORI, 2013).

O Brasil é sem dúvida o país em melhor condição na América do Sul para liderar um processo de integração na contramão ao projeto liberal dos quatro países do Pacífico, o qual estaria mais próximo do desenho norte-americano para a região, numa alternativa que deve acrescentar lenha à fogueira do debate ideológico em torno da integração latino-americana, mais ou menos liberal, debate que também só pode ser devidamente compreendido no campo das discussões sobre imperialismo e dependência.

Em síntese, para progredir rumo redução dos laços da dependência externa, o processo de integração exigiria o empenho decidido, do Brasil em especial, no combate das assimetrias econômicas, caminho que certamente levaria às colisões entre a lógica da acumulação privada (que preside o expansionismo de empresas brasileiras) e a lógica estatal voltada para liderança numa integração com vistas ao desenvolvimento regional. Em larga medida, devido aos limites políticos da dependência, foram justamente as rotas de colisão com o grande capital que os governos do PT procuraram evitar.

3 Ver o texto ótimo de Pedro Paulo Z. Bastos, 2012.

Por um lado, as diretrizes principais da política econômica do governo anterior foram mantidas (juros altos, câmbio valorizado, metas de inflação, superávit primário) e, de outro, a fim de compensar o setor produtivo, foram ampliados os recursos do BNDES e o apoio do banco ao expansionismo de empresas locais. O governo atual tentou flexibilizar diretrizes principais da política econômica vigente, num ensaio “nacional-desenvolvimentista” que está fazendo água, a elevação dos juros, o anúncio de corte dos gastos públicos, a privatização do pré-sal (Libra) compõem as notícias mais recentes.

E foram práticas expansionistas de empresas brasileiras apoiadas pelo BNDES, denominadas por alguns analistas de imperialistas ou subimperialistas, que fizeram avançar o discurso em prol da integração e a própria integração. Assistimos a um movimento de “regionalização” (liderado pelo mercado) que não é antagônico ao de “regionalismo” (institucionalmente dirigido, à maneira pretendida por defensores do MERCOSUL), sendo que nenhum dos movimentos independe do Estado (MEDEIROS, 2008).

Entretanto, como a regionalização tem sido mais favorável ao Brasil, tem aprofundado o descompasso entre os esforços diplomáticos pela integração e os resultados concretos no balanço comercial inter-regional, opondo os dois movimentos e promovendo acusações de imperialismo ao Brasil, em análises nas quais as contradições das práticas imperialistas, ao mesmo tempo obstáculo e força motriz do desenvolvimento, têm recebido pouca atenção.

Quer dizer, ainda que práticas imperialistas devam ser denunciadas e combatidas, o expansionismo de países mais ricos sobre os mais pobres pode ser elemento motor do desenvolvimento e/ou crescimento econômico⁴. A despeito das vantagens para o Brasil (bem maiores segundo os críticos), as obras de infraestrutura na região, financiadas/executadas por empresas brasileiras, não deixam de ter efeitos positivos para a economia dos países em questão. Eis a dimensão que precisa ser levada devidamente em conta.

A política exterior dos governos do PT esteve articulada com a política econômica interna, sobretudo com a política de incentivo às empresas campeãs nacionais capazes de competir internacionalmente, com investimentos brasileiros diretos (IBD) no exterior respondendo mais a esse objetivo que ao da integração sob a liderança do Brasil. Não obstante, este movimento não deixou de contribuir para a integração e o desenvolvimento regional, além de as questões socioambientais e movimentos sociais decorrentes estimularem o debate e mobilização política na região, o que é positivo.

Numa palavra, o denominado “subimperialismo brasileiro” pode ser menos desvantajoso aos países vizinhos e, por vias tortas, favorável a algum avanço na consecução do objetivo de integração regional⁵. Sendo que a luta popular sempre pode inverter as regras do jogo e o expansionismo brasileiro é até mais estimulante à revolta, como se deu no caso do gasoduto Brasil-Bolívia.

Por fim, gostaríamos de comentar a polarização do debate em torno de obras de infraestrutura na região, na maioria das vezes sem estudos exaustivos a respeito ou baseados em opiniões/estudos preliminares provenientes de pessoas/entidades com posições radicalmente opostas.

O caso da Usina de Belo Monte é um exemplo dessa polarização. A obra já envolveu um vídeo com celebridades e manifestações de ativistas estrangeiros, contestadas por figuras eminentes nos meios acadêmicos e de comunicação no Brasil. Para aqueles que defendem Belo Monte, como o ex-ministro da ditadura militar, Antônio Delfim Neto, o empreendimento é positivo, pois o país pode e deve aproveitar seus rios, demonstrando sua capacidade em “conservar, administrar e utilizar as riquezas de um território que detém 11% de toda a água doce do globo” (*Carta Capital*, 13/04/2011). O ex-ministro está entre os que levantam suspeitas (de imperialismo) sobre o ativismo ambientalista contrário às obras de infraestrutura no campo energético.

4 O desenvolvimento não pode ser encarado simplesmente como sinônimo de crescimento econômico, apesar de geralmente trazer crescimento e este ser melhor que sua ausência. Estamos apontando para o debate acerca dos governos Lula, embora a distribuição de renda seja fator central para o desenvolvimento, seriam controversas as designações de neodesenvolvimentista a estes governos, uma vez que o crescimento foi puxado pelo consumo, com baixos investimentos infraestruturais. Ver a respeito Sampaio Jr. (2012).

5 Discordamos das denominações de imperialismo ao Brasil em alguns textos recentes, ver Souza 2012 e 2013.

Na Bolívia, na polarização política-ideológica em torno da estrada que atravessaria o Território Indígena y Parque Nacional Isiboro-Secure (TIPNIS), as forças contrárias tanto acusaram a ligação com a IIRSA como condenaram o imperialismo brasileiro (a obra contava com financiamento do BNDES), acusações rechaçadas pelos que apoiavam a obra. E como salientou Pablo Stefanoni era possível encontrar “argumentos ‘razoáveis’ em ambos os lados da discussão sobre a estrada”, sendo difícil “traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores” (STEFANONI, 2011).

E todas as obras envolvendo recursos energéticos são passíveis de polêmica do ponto de vista socioambiental. As usinas do Rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, por exemplo, são indicativas das formas condenáveis praticadas em obras de infraestrutura pela região. As duas usinas foram palco de sérios conflitos trabalhistas, disputas entre os consórcios que lideram as obras e estão envoltas em muita controvérsia acerca dos impactos ambientais, com acusações de terem sido os estudos preliminares patrocinados por empresas interessadas. Contudo, seguramente, são obras defensáveis do ponto de vista das necessidades energéticas da economia brasileira, movimentando a economia local.

Enfim, a questão socioambiental é controversa e o caráter supranacional da luta política local tem se expandido para o âmbito da “sociedade civil”, envolvendo organizações não governamentais internacionais. Agora não é porque as forças que prioritariamente levantam a bandeira ecológica são ONGs e representantes de movimentos sociais que aqueles que apoiam os empreendimentos se encontram do lado do “mal”, mesmo movimentos sociais os mais bem intencionados podem se equivocar, sendo o maniqueísmo uma forma pouco produtiva de compreensão da realidade social.

Conclusão

Procuramos neste texto apontar as contradições do “modelo” de desenvolvimento dependente-associado, que dificilmente levará a superação da dependência, mas cuja possibilidade de promover algum desenvolvimento tende a ser melhor que a ausência deste. Por certo que cabe à análise social comprometida com a transformação qualitativa da história, que pode passar pelo desenvolvimento do capitalismo, denunciar as mazelas deste processo. No caso do Brasil, cabe denunciar no expansionismo de empresas locais a exploração de países vizinhos, os danos socioambientais, a especialização produtiva e a desindustrialização, com o objetivo de acirrar contradições e conquistar avanços sociais. Largamente um esforço de Sísifo frente aos aspectos destrutivos do desenvolvimento capitalista, mas que parece melhor que o atraso e subdesenvolvimento predominantes na região, onde conflitos socioambientais recentes expressam as contradições deste desenvolvimento, progressista e ao mesmo tempo destrutivo dos modos de vida pré-capitalistas, sendo difícil por toda parte “traçar uma linha nítida entre bons e maus, justos e pecadores”.

Referências bibliográficas

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2012). *A economia política da integração da América do Sul no mundo pós-crise*. Publicado no site do Observatório da Economia Global. Campinas, IE-UNICAMP. Textos Avulsos, nº10, abril de 2012.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1985). Teoria da dependência ou análise concreta de uma situação de dependência. *Estudos CEBRAP*, Rio de Janeiro, 1: 25-45, 1971.
- _____ e FALETTO, Enzo. (2004). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- EVERS, Tilman (1985). *El Estado en la periferia capitalista*. 3ª ed. México-DF: Siglo XXI, 1985.

- FIORI, José Luís (2013). O cisma do Pacífico. *Carta Maior*, 24/01/2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5945>, acesso em 25/07/2013.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar de (2008). Os Dilemas da Integração Sul-Americana. *Cadernos do Desenvolvimento*, vol. 3 (5), dezembro 2008.
- SAES, Décio Azevedo Marques de (2013). Entrevista à Revista *Aurora*, Marília, v. 6, n. 2, p. 19-32, jan-jul, 2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/3040/2322>>, acesso em: 25/07/2013.
- SOUZA, Angelita Matos (2012). Expansionismo brasileiro e subimperialismo. *Boletim Meridiano* 47 v. 13, n. 130, mar/abr 2012.
- _____ (2013). Crítica à noção de subimperialismo. *Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã, 2013, n 36.
- STEFANONI, Pablo (2012). A Bolívia e o conflito do TIPNIS. *Carta Maior*, 01/10/2011.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda (2012). Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social & Sociedade*, n. 112, out/dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>, acesso em 24/10/2013.

Resumo

Neste artigo defendemos a pertinência da noção de dependência na abordagem do desenvolvimento no Brasil atual, com comentários sobre imperialismo e integração sul-americana.

Abstract

This article supports the relevance of the notion of dependence for approach the development currently in Brazil, with comments about imperialism and the integration of South America.

Palavras-chave: dependência; imperialismo; desenvolvimento

Keywords: dependence; imperialism; development

Recebido em 08/08/2013

Aprovado em 28/10/2013